

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI

Atos do Prefeito

LEI Nº 3027 de 12 de abril de 2013.

Institui a Comissão Municipal da Verdade no âmbito do município de Niterói e dá providências.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu Sanciono a Seguinte Lei:

Art. 1º Institui a Comissão da Verdade, no âmbito do município de Niterói, que tem por finalidade acompanhar e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade nos exames e esclarecimentos as graves violações de direitos humanos praticadas, no período de 1961 a 1985, contribuindo, assim, para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica.

Parágrafo único. A Comissão Municipal da Verdade terá prazo de funcionamento de dois anos para a conclusão dos trabalhos, contados a partir da sua instalação.

Art. 2º A Comissão Municipal da Verdade de Niterói terá como foro prioritário as prisões arbitrárias, no período subsequente ao Golpe de 64, feitas no Estádio Caio Martins.

Art. 3º A Comissão deverá apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações, respeitando a legislação vigente, em especial as Leis 6.683/1979 – *Concede anistia e dá outras providências.* –, 9.140/1995 – *Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.* – e 10.559/2002 – *Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.*

Art. 4º A Comissão Municipal da Verdade, composta de forma plural, será integrada por sete (07) membros, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, respeitando os direitos humanos.

§1º A composição da Comissão Municipal da Verdade, dar-se-a:

I - dois vereadores que estejam exercendo mandato na cidade de Niterói, sendo um o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente e outro o Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação e Patrimônio Histórico;

II - um advogado de Niterói indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Niterói;

III - um Advogado do Estado do Rio de Janeiro indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil;

IV - dois representantes da Universidade Federal Fluminense, um indicado pelo Reitor – Conselho Universitário – e um indicado pelos estudantes em fórum específico;

V - um cidadão niteroiense indicado pela sociedade civil.

§2º Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da Comissão Municipal da Verdade, sendo esta considerada extinta após a publicação do relatório circunstanciado das atividades.

§3º A participação na Comissão Municipal da Verdade será considerada serviço público relevante.

Art. 5º A Comissão Municipal da Verdade colaborará com a consecução dos objetivos das Comissões Estadual do Rio de Janeiro e Nacional da Verdade, dentre os quais:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do Art. 1º desta Lei;

II - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do Art. 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

III - encaminhar a Comissão Nacional da Verdade toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar no alcance dos objetivos aqui dispostos;

IV - colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições Legais;

V - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos;

VI - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Art. 6º Para execução dos objetivos previstos no Art. 5º, a Comissão Municipal da Verdade poderá:

I - receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitado;

II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

III - convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV - solicitar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

V - promover Audiências Públicas;

VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça, em razão de sua colaboração com a Comissão Municipal da Verdade;

VII - promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos;

VIII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

§1º Os dados, os documentos e as informações sigilosas fornecidas à Comissão não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.

§2º A Comissão poderá solicitar ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 7º As atividades desenvolvidas pela Comissão Municipal da Verdade serão públicas, exceto as que, a seu critério, exija a manutenção de sigilo por ser de grande relevância para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, vida privada, honra ou imagem de pessoas.

Art. 8º A Comissão Municipal da Verdade poderá atuar de forma articulada e integrada com os demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais, especialmente com o Arquivo Nacional, o Arquivo Estadual, a Comissão de Anistia e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Art. 9º Aos membros da Comissão será garantida a inviolabilidade das suas opiniões e posições relativas ao exercício de suas atividades funcionais.

Art. 10 A Comissão Municipal da Verdade poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior ou organismos internacionais para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 12 de Abril de 2013.

Rodrigo Neves - Prefeito

(Proj. Lei Nº. 029/2013 - Autor: Leonardo Giordano).

LEI Nº 3028 de 12 de abril de 2013.

INSTITUI REGIME ADICIONAL DE SERVIÇO (RAS) PARA PROFISSIONAIS DA GUARDA MUNICIPAL – PROGRAMA NITERÓI MAIS SEGURA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Guarda do Município de Niterói o Regime Adicional de Serviço (RAS), para que os servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Niterói, em sistemas de turnos adicionais com escala diferenciada, sem prejuízo da escala regular de serviço, possam, nos limites das respectivas esferas de

competências, atender às necessidades excepcionais determinadas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública.

§1º A adesão dos servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Niterói ao regime de que trata este artigo far-se-á mediante termo de compromisso a ser firmado no âmbito da Secretaria Municipal de Ordem Pública.

§2º As condições especiais de prestação dos serviços em turnos adicionais com escala diferenciada darão ensejo à percepção de gratificação de encargos especiais (GEE).

Art. 2º O programa instituído por esta Lei deverá se constituir de ações específicas, determinadas pelo Secretário Municipal de Ordem Pública com vistas a atender a preservação da segurança e da ordem pública, em especial, para reforçar o contingente de servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Niterói nas ruas e logradouros públicos municipais.

Art. 3º A adesão do Servidor ao Regime Adicional de Registro (RAS) não anulará outros benefícios salariais da Guarda Municipal, em especial a gratificação por RET – Regime Especial de Trabalho – criado pela Lei Municipal nº 2933/2012.

I - ter sido submetido e julgado apto pela inspeção médica feita pelo órgão municipal competente, física e mentalmente, conforme as normas em vigor na corporação;

II - estar lotado e em efetivo exercício na Guarda Civil Municipal de Niterói;

III – estar avaliado, no mínimo, no status de bom comportamento, de acordo com o previsto na Lei nº 2838 de 30 de maio de 2011;

IV – prestar declaração de que não mantém outro vínculo empregatício ou estatutário, sob as penas da incursão no crime de declaração falsa ou inidônea.

Art. 4º Será excluído do Regime Adicional de Serviço (RAS) do PROGRAMA NITERÓI MAIS SEGURA a contar da entrada em vigor desta Lei, o servidor do Quadro Profissional da Guarda Civil Municipal de Niterói que se enquadrar em qualquer das situações abaixo:

I – estar respondendo a Processo Administrativo Disciplinar (PAD);

II - for punido com aplicação de multa, e enquanto estiver cumprindo pena de suspensão;

III - entrar no gozo de Licença:

a) Para tratamento de Saúde própria ou de Pessoa da Família;

b) Para Tratamento de Interesse Particular;

c) Gestante ou Aleitamento.

IV - afastar-se do serviço, por mais de 72 (setenta e duas) horas no período de 30 (trinta) dias, ou mais de 144 (cento e quarenta e quatro) horas no período de 180 (cento e oitenta) dias, exceto os casos de férias regulamentares ou de gozo de licença especial;

V - faltar ou tiver sido dispensado do serviço, mesmo para o atendimento de necessidades pessoais, desde que o afastamento seja superior a 24 (vinte e quatro) horas;

VI - frequentar curso que implique afastamento da corporação, por período superior a 15 (quinze) dias, salvo quando se tratar de curso de interesse da Secretaria de Ordem Pública.

VII - passar a ostentar comportamento inferior a “BOM” segundo avaliação realizada pelo Inspetor-Geral da Guarda Municipal;

§ 1º Após incurso nas hipóteses previstas nos incisos V, VI e VII o profissional da Guarda Municipal só poderá ser reincluído no Regime Adicional de Serviço (RAS) do PROGRAMA NITERÓI MAIS SEGURA após 03 (três) meses, se não incidir nas mesmas hipóteses durante este período.

§ 2º Os afastamentos para gozo de gala, luto ou ações meritórias que resultarem em dispensa do serviço não superior a 10 (dez) dias não importarão na exclusão ou suspensão do profissional da Guarda Municipal Regime Adicional de Serviço (RAS) do PROGRAMA NITERÓI MAIS SEGURA.

Art. 5º A participação e ingresso do servidor do Quadro Profissional da Guarda Municipal no Regime Adicional de Serviço (RAS) do PROGRAMA NITERÓI MAIS SEGURA implicará o cumprimento de turnos adicionais em escala diferenciada, para seu emprego nas ações mencionadas no art. 2º desta Lei, sem prejuízo do cumprimento das escalas de serviço ordinariamente previstas no âmbito da GUARDA MUNICIPAL.

§ 1º O emprego do servidor do Quadro Profissional da Guarda Municipal no Regime Adicional de Serviço do PROGRAMA NITERÓI MAIS SEGURA consistirá na realização de turnos adicionais de serviço com duração de no mínimo 06 (seis) e de no máximo 12 (doze) horas efetivas de trabalho.

§ 2º O servidor do Quadro Profissional da Guarda Municipal participante do Regime Adicional de Serviço (RAS) do PROGRAMA NITERÓI MAIS SEGURA não poderá realizar mais do que 12 (doze) turnos adicionais a cada 30 (trinta) dias de trabalho.

§ 3º O Guarda Municipal deverá ter um intervalo mínimo de 11 (onze) horas de repouso antes de retornar ao serviço na escala ordinariamente prevista na Secretaria Municipal de Ordem Pública, ressalvadas as convocações excepcionais promovidas pelo Secretário, segundo a necessidade de manutenção da segurança pública no Município.

Art. 6º A gratificação de encargos especiais (GEE) será paga de acordo com a tabela abaixo, à vista da duração efetiva do turno adicional:

Turno de 6 horas efetivas de trabalho	R\$ 60,00
Turno de 8 horas efetivas de trabalho	R\$ 80,00
Turno de 12 horas efetivas de trabalho	R\$ 120,00

Art. 7º A gratificação de encargos especiais (GEE) não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos do servidor, ficando excluída da base de cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária, bem como de quaisquer outros percentuais que incidam sobre os seus respectivos vencimentos.

§ 1º A exclusão do Guarda Municipal do Regime Adicional de Serviço do PROGRAMA NITERÓI MAIS SEGURA implicará a imediata e automática cessação do pagamento da gratificação de encargo especial (GEE).

§ 2º O pagamento da gratificação de encargo especial (GEE) só será devido com o efetivo cumprimento de turno adicional de serviço, não se admitindo, em hipótese alguma, contagem de jornada ficta, sob pena de responsabilização administrativa.

§ 3º No pagamento da gratificação de encargos especiais (GEE), não se levará em conta as horas ou frações de horas excedentes ao turno (regular ou adicional) ou expediente decorrentes do atendimento a fatos ou situações que tenham início durante a jornada de trabalho, mas que exijam do servidor do Quadro Profissional da Guarda Municipal a sua presença até a conclusão da rotina operacional.

Art. 8º Para o efetivo cumprimento das disposições desta Lei, o Secretário Municipal de Ordem Pública será o responsável pela sua estrita observância.

Art. 9º Os recursos financeiros necessários à execução da presente lei correrão à conta e dentro dos limites das dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 10 A Gratificação instituída na presente lei será regulamentada por meio de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 11 Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 12 de Abril de 2013.

Rodrigo Neves – Prefeito

(Proj. Lei Nº. 051/2013 - Autor: Mensagem Executiva nº. 14/2013)

LEI Nº 3029 de 12 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DA AUTARQUIA NITERÓI TERMINAIS RODOVIÁRIOS - NITER - E CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE TERMINAIS E ESTACIONAMENTOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica extinta a Autarquia Niterói Terminais Rodoviários - NITER -, instituída pela Lei Municipal nº. 944, de 6 de junho de 1991 e pelo Decreto Municipal nº. 6281 de 30 de

dezembro de 1991 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 7371 de 18 de julho de 1996.

Art. 2º Fica criada a Superintendência de Terminais e Estacionamentos, órgão da estrutura à Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSER - que terá como atribuições o planejamento e fiscalização de estações, terminais terrestres e marítimos de carga e descarga de passageiros, marinas de lazer, estacionamentos em logradouros públicos, estações de ônibus do sistema BRT - Bus Rapid Transit, além de outras atribuições correlatas.

Parágrafo único. V E T A D O

Art. 3 Os atuais servidores integrantes do quadro pessoal da Autarquia Niterói Terminais Rodoviários – NITER – ficam transferidos com seus respectivos cargos e vencimentos para o quadro pessoal da Superintendência de Terminais e Estacionamentos, tendo que se apresentar no prazo máximo de 30 dias úteis, após a extinção da Autarquia.

§ 1º Ficam transferidos os cargos em comissão e funções gratificadas da extinta autarquia para a Administração Direta, ficando o Poder Executivo autorizado a transformá-los, sem aumento de despesa, para adequá-los à nomenclatura e atribuições dos cargos em comissão existentes na Administração Direta.

§ 2º A Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle manterá o controle do saldo remanescente das transformações estabelecidas na presente Lei, bem como daquele proveniente de legislação posterior.

Art. 4º Os bens imóveis de propriedade da extinta autarquia serão incorporados ao patrimônio do Município de Niterói.

Parágrafo único. Os bens móveis, materiais e equipamentos integrantes do patrimônio da extinta autarquia passarão ao patrimônio do Município de Niterói e, após inventário, à responsabilidade da Superintendência de Terminais e Estacionamentos.

Art. 5º O Município de Niterói sucederá à autarquia extinta em todos seus direitos, créditos e obrigações, decorrentes de lei, ato administrativo ou contrato, bem assim nas demais obrigações pecuniárias, inclusive nas respectivas receitas, que passarão a ser recolhidas à conta do Tesouro Municipal.

Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos adotarão as providências necessárias à celebração de termos aditivos, visando à adaptação dos instrumentos contratuais por elas firmados aos preceitos legais que regem os contratos em que seja parte o Município de Niterói.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 12 de Abril de 2013.

Rodrigo Neves - Prefeito

(Proj. Lei Nº. 008/2013 - Autor: Mensagem Executiva nº. 007/2013)

DECRETO Nº 11381/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei nº 3002/2012 de 28 de dezembro de 2012.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$10.574.581,39(Dez milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento de Despesa, estabelecido no Decreto nº11334, de 03 de janeiro de 2013.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 12 de Abril de 2013.

Rodrigo Neves - Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 11381/2013

CRÉDITO SUPLEMENTAR

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	FT	SUPLEMENTADO	COMPENSADO/ CANCELADO
1051 - EMUSA	1545200101019	44905100	108	991.581,39	
1051 - EMUSA	1551200102020	33903000	100	538.000,00	
1600 - SMAS	0812200012069	31900400	100	400.000,00	
1600 - SMAS	0812200012069	31901303	100	200.000,00	
2043 - FME	1236100422141	44905200	205	300.000,00	
2043 - FME	1236500442137	44905200	205	100.000,00	
2043 - FME	1284609000922	33909200	100	5.000,00	
2543 - F.SAÚDE	1012200012184	33901400	207	10.000,00	
2543 - F.SAÚDE	1012200012184	33903300	207	20.000,00	
2543 - F.SAÚDE	1012200012184	33903600	207	90.000,00	
2543 - F.SAÚDE	1030300512185	33903000	207	400.000,00	
4261 - CLIN	1712200012267	33903900	203	2.000.000,00	
4261 - CLIN	1712200012268	33903900	203	1.250.000,00	
4261 - CLIN	1712200012269	33903000	203	2.000.000,00	
4261 - CLIN	1712200012269	33903900	203	2.250.000,00	
4261 - CLIN	1712200012269	33909300	203	20.000,00	
1051 - EMUSA	1551200101015	44905100	100		538.000,00
1051 - EMUSA	1551200102019	33903000	108		151.581,39
1051 - EMUSA	1551200102019	44905100	108		840.000,00
1600 - SMAS	0812200012068	33903000	100		600.000,00
2043 - FME	1236100422141	33903900	205		300.000,00
2043 - FME	1236100422148	33903000	205		100.000,00
2043 - FME	1284609000922	31909200	100		5.000,00
2543 - F.SAÚDE	1012200012184	33909200	207		520.000,00
4261 - CLIN	1712200012267	31901101	203		2.000.000,00
4261 - CLIN	1751200592265	33903900	203		2.000.000,00
4261 - CLIN	1784609000953	33904700	203		3.520.000,00
TOTAL GERAL				10.574.581,39	10.574.581,39

NOTA :

FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO MUNICIPAL

FONTE 108 - RECURSOS PROVENIENTES DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO

FONTE 203 - RECURSOS PROVENIENTES DE RECURSOS PRÓPRIOS

FONTE 205 - RECURSOS PROVENIENTES DO SALÁRIO – EDUCAÇÃO

FONTE 207 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS

Portarias

Demiti **MARIA AUXILIADORA JARDIM RIBEIRO**, matrícula nº229.537-6, do cargo de Professora, tendo em vista o que ficou apurado pela Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pelo processo nº 20/3386/2012 (Portaria nº 1609/2013).

Demiti **ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES**, matrícula nº 222.182-9, do cargo de Assistente de Planejamento, tendo em vista o que ficou apurado pela Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pelo processo nº 20/3296/2012 (Portaria nº 1610/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/04/13, **JOÃO CARLOS SIQUEIRA VALADARES** para exercer o cargo de Assessor Especial B, CC-2, da Secretaria Municipal de Governo, em vaga decorrente da exoneração de Camila Menezes Bastos Medeiros, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/2009 (Portaria nº 1611/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/04/13, **HERDLEY DE SOUZA MORAES** para exercer o cargo de Assistente B, CC-3, da Secretaria Executiva, em vaga decorrente da exoneração de Denise da Silva Cardoso de Carvalho, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 1612/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/04/13, **RODRIGO IGNÁCIO MONDEGO** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Coordenadoria de Defesa dos Direitos Difusos e Enfretamento à Intolerância Religiosa, da Secretaria Executiva, em vaga criada pela Lei nº 3024/2013, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 1613/2013).

Torna insubsistente a Portaria nº 1547/2013, publicada em 09 de abril de 2013 (Portaria nº 1614/2013).

Torna insubsistente a Portaria nº 1603/2013, publicada em 12 de abril de 2013 (Portaria nº 1615/2013).

Despacho do Prefeito

20/604/13 - 180/192 – 111 – 112 – 108 – 119/2013 - Autorizo

Corrigendas

Na Portaria 1601/2013, publicada em 12/04/13, onde se lê: ...para exercer o cargo de Assessor A, CC-1; Leia-se: ...para exercer o cargo de Assistente A, CC-2.

Na Portaria 1602/2013, publicada em 12/04/13, onde se lê:...em vaga decorrente da exoneração de Ana Maria Sposito Arnizaut; Leia-se: ...em vaga decorrente da exoneração de Andrea Carla Cintra Araujo Guedes Barbosa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Despachos do Secretário

Portaria

Lota Eussie Coimbra Salles, Assistente Administrativo, nível 6, matrícula nº 229.451-0, na Secretaria Executiva , ref. Proc. nº 20/790/13 (Portaria 124/2013).

Remove Antonio Carlos Bezerra Madeira, Agente Administrativo, nível 03, categoria II, matrícula nº 224.443-2, para a Administração Regional do Ingá – ARIN, ref. Proc 020/1328/13 (Portaria 126/2013).

Abono de Permanência – Deferido

20/876/13

Adicional – Deferido

20/1260/13

20/1263/13

20/814/13

20/1247/13

20/1253/13

Férias Proporcionais - Deferido

20/1194/13

Progressão Funcional – Deferido

20/37/13

Progressão Funcional – Indeferido

20/1376/13

Licença Especial – Deferido

20/772/13 – 01/04/13 à 26/12/13

20/623/13 - 02/05/13 à 28/10/13

Incorporação de Gratificação – Indeferido

20/1210/13

Comissão Especial de Licitação

Concorrência nº 01/2013

Aviso de Adiamento

A Prefeitura Municipal de Niterói informa através da Comissão Especial de Licitação, o adiamento da Concorrência nº 01/2013, que seria realizada no dia 24 de maio de 2013, às 10:30h, para o dia 28 de maio de 2013, às 10:30h.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Despacho do Superintendente

EDITAL

SUSPENSÃO DE OFÍCIO DE INSCRIÇÃO CADASTRAL

30/30759/12 – O Superintendente de Fiscalização Tributária torna Público que, nos termos do Art. 13 Parágrafo 7º do Decreto nº 10.316/08, fica definitivamente suspensa do cadastro de Contribuintes de Tributos Mobiliários do Município de Niterói (CCTM) a inscrição do contribuinte abaixo indicada, e considerada inidônea, para todos os efeitos legais, a documentação fiscal emitida a partir da data da suspensão.

INSCRIÇÃO

CONTRIBUINTE

074992-9

Otávio Carneiro da Cunha

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PUBLICA

Departamento de Fiscalização de Posturas

Despachos do Diretor

Edital de Interdição nº10/2013, Proc nº 130/318/2013 Tendo em vista o que dispõe o Artigo 452 da Lei 2624/08, fica Interditado o funcionamento do estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço realizado por Nome: Play City Diversões LTDA – Endereço: Av. Visconde de Rio Branco, nº 239 – Bairro – Centro – próximo ao Terminal – Niterói – CNPJ: 74.055.724/0001-79.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

Descredencia e Credencia Servidores da Fundação

Municipal de Educação de Niterói para o recebimento da Verba Escolar.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º - Descredenciar os Servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói, abaixo relacionados, para o recebimento da Verba Escolar, recurso destinado às Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal.

LAILA DA ROCHA NEVES, Matrícula nº 236351-3, E.M Profª Bolívia de Lima Gaétho (Detentora)

RACHEL DOS REIS VILLELA, Matrícula nº 234579-1, UMEI Antonio Vieira da Rocha (Detentora)

CARMEM LÚCIA MARTINS DA SILVA, Matrícula nº 235372-0, E.M Rachide da Glória Salim Saker (Detentora)

Art. 2º - Credenciar os Servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói, abaixo relacionadas, para o recebimento da Verba Escolar, recurso destinado às Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal.

SIMONE PIMENTEL VALIATE PERES, Matrícula nº 234427-3, E.M Profª Bolívia de Lima Gaétlio (Detentora)
GISELA PAULA DA SILVA FAITANIN, Matrícula nº 235832-3, UMEI Profª Marilza da Conceição Rocha Medina (Unidade Requisitante)
MARIANA JOSÉ DA FONSECA, Matrícula nº 228622-7, UMEI Profª Marilza da Conceição Rocha Medina (Detentora)
GISELLE TULLE DE SOUZA, Matrícula nº 235080-9, UMEI Profª Marilza da Conceição Rocha Medina (Detentora)
MONIQUE CECÍLIA DA COSTA VIEIRA, Matrícula nº 234571-8
UMEI Maria Luiza da Cunha Sampaio (Detentora)
DENISE BARRETO SOUTO, Matrícula nº 235297-9, E.M Profª Maria Ângela Moreira Pinto (Detentora)
GRAZIELE DE BRITO FREITAS, Matrícula nº 235724-2, UMEI Antonio Vieira da Rocha (Detentora)
DAYSE CRISTIANE GONÇALVES FERREIRA, Matrícula nº 2344141-0, E.M Altivo Cesar (Detentora)
Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (**Portaria FME/PRES/317/2013**).

39º EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA**, por ordem de classificação, os candidatos aprovados e classificados no **V Concurso Público da FME**, para os cargos de **Professor I e Auxiliar de Portaria**, conforme desdobramento identificado neste EDITAL, na forma da Legislação vigente.

PROFESSOR I NM I

Classificação	Nome	Nota Final
559	Georgia Nivia de Azeredo Duarte	56.50
560	Joelma de Oliveira Sodré dos Santos	56.50
561	Daiana Castro de Oliveira	56.50
562	Liliane Costa Silva Neves	56.50
563	Maria Elizabeth Coelho	56.50
564	Shirley Rodrigues de Oliveira	56.50
565	Clíssia Rodrigues Santos	56.50
566	Flávia Nascimento de Aguiar	56.50
567	Rafaela Duarte Quitete	56.50
568	Aldira Pereira Batista	56.50
569	Adriana Brandao Aguiar da Silva	56.50
570	Maria das Graças Pereira Martins	56.50
571	Quédima Almeida do Nascimento de Barcellos	56.50
572	Neuza Maria Sant’Anna de Oliveira	56.50
573	Maria Leticia Felinto da Silva	56.50
574	Natalia Côrtes Velloso Theophilo	56.50
575	Flavia Martins de Paula Pedro Nogueira	56.50
576	Renata Paula Gomes Leandro	56.00
577	Márien Alves da Costa	56.00
578	Melizandra Sileze Salazar Bayma Sodré	56.00
579	Ana Fátima Ribeiro Barbosa	56.00
580	Vanessa Lopes Ferreira Martins	56.00
581	Patric dos Santos Rosa	56.00
582	Ingrid Coutinho Ferreira	56.00
583	Cristiane Moura de Matos	56.00
584	Lidiane da Costa Monteiro	56.00
585	Monica Indio de Souza	56.00
586	Gabriela Lima de Araújo	56.00
587	Thais Rosa dos Santos Lopes	56.00
588	Daniele Lougão de Souza Moreira	56.00
589	Beatriz Custodio da Silva	56.00
590	Mariana Ferreira	56.00
591	Eliana Regina de Senna Freire	56.00
592	Rosely Gomes Ferreira Fonseca	56.00
593	Gláucia Luciana Drumond Bispo	56.00
594	Verônica Reis da Silva	56.00
595	Robson Wellington dos Santos	56.00
596	Daniele Oliveira Rosa	56.00
597	Salete da Silva Pereira	56.00
598	Neiva Veiga Souza	56.00
599	Fernanda Pontes da Silva	56.00
600	Alana Belsito dos Santos	56.00
601	Ricardo dos Santos Pereira	56.00
602	Priscilla Mariá de Amorim Ribeiro dos Santos	56.00
603	Elizabeth Dutra Rodrigues de Oliveira	56.00
604	Yasmin Chaves da Silva	56.00
605	Luciana Brandão Gentil	56.00
606	Nelyanne André Rodrigues de Souza	56.00
607	Carolina Vargas Forés Domingues	56.00
608	Marta Valéria Nunes Bastos	56.00
609	Amanda Miranda Leite Nicolau	56.00
610	Quézia Coelho Mendes	55.50
611	Veronica da Silva Santos	55.50

AUXILIAR DE PORTARIA EF I

67	Paulo Braga Hiller de Mesquita	25.00
68	Otavio Antenor de Vasconcellos Filho	25.00
69	Elaine Cristina Rangel da Silva	25.00
70	Geraldo Soares da Conceição	25.00
71	Miriane do Nascimento Martins	25.00
72	Pedro Barros Tavares Peixoto	25.00
73	Joyce dos Santos Ribeiro	25.00
74	Lucas José Gonçalves Freitas	25.00
75	Camila Cardoso Moraes	25.00
76	Cauli Lima Capillé	25.00

01 - DO COMPARECIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS:

- 1.1. Para o cargo de Professor I - Da 559ª a 586ª Colocação
Para o cargo de Auxiliar de Portaria – Da 67ª a 71ª Colocação

Data:	16 de abril de 2013
Horário:	09 horas
Local:	Casa Oswaldo Salles Lima – Rua São Pedro, nº 108 – Centro/Niterói

- 1.2. Para o cargo de Professor I - Da 587ª a 611ª Colocação
Para o cargo de Auxiliar de Portaria – Da 72ª a 76ª Colocação

Data:	16 de abril de 2013
Horário:	14 horas
Local:	Casa Oswaldo Salles Lima – Rua São Pedro, nº 108 – Centro/Niterói

02- DO COMPARECIMENTO PARA ESCOLHA DE VAGAS:
2.1. Para o cargo de Professor I - Da 559ª a 586ª Colocação
Para o cargo de Auxiliar de Portaria – Da 67ª a 71ª Colocação

Data:	13 de maio de 2013
Horário:	09 horas
Local:	Auditório da FME - Rua Visconde do Uruguai nº 414 – Centro/Niterói

2.2. Para o cargo de Professor I - Da 587ª a 611ª Colocação
Para o cargo de Auxiliar de Portaria – Da 72ª a 76ª Colocação

Data:	13 de maio de 2013
Horário:	14 horas
Local:	Auditório da FME - Rua Visconde do Uruguai nº 414 – Centro/Niterói

2.3. Na data da apresentação à FME, o convocado receberá orientações para realização do exame admissional relativos ao cargo;

2.4. O candidato deverá apresentar fotocópia e original dos documentos abaixo relacionados, relativos ao cargo:

Documento oficial de identidade;
Cartão de identificação do Contribuinte – Pessoa Física – CPF;
Título de Eleitor com o comprovante de votação ou justificativa da última eleição ou declaração original de quitação com as obrigações eleitorais;
Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, se já for cadastrado;
Certificado de reservista ou documento equivalente;
Comprovante de residência;
01 foto 3x4 recente.

Comprovante de escolaridade mínima, devidamente registrado, de acordo com as exigências do cargo para o qual foi inscrito, não sendo permitida declarações, históricos ou certidões (exceto para os cargos de nível fundamental);

Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal relativa ao último exercício fiscal (somente para os que declaram Imposto de Renda);

Registro profissional no Conselho correspondente ao cargo para o qual está concorrendo, quando se tratar de atividade profissional já regulamentada, na forma da lei;

Comprovante de quitação com o órgão de classe correspondente, quando for o caso, na forma da respectiva legislação;

2.5. A escolha de vaga será em obediência à ordem classificatória, conforme homologação do resultado final do Concurso Público – Edital 08/2010 publicado em 08 de janeiro de 2011 e Edital 09/2010 publicado em 23 de fevereiro de 2011;

2.6. O candidato que não comparecer no horário estabelecido neste edital fará a escolha de vaga após o último convocado presente, nas vagas restantes.

2.7. O candidato convocado para admissão que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data indicada para apresentação da documentação necessária à admissão, não comparecer à Fundação Municipal de Educação de Niterói será considerado DESISTENTE, o que resultará na sua ELIMINAÇÃO DEFINITIVA do concurso na forma do item 18.5 do Edital 008/2010 e Edital 009/2010.

CPL/EQUIPE DE PREGÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2013
Aprovo a proposta da Pregoeira e Equipe de Apoio, homologando e adjudicando à Licitante **INFOGLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A**, o valor total de **R\$ 42.000,00** (quarenta e dois mil reais). A despesa correrá à conta do **Programa de Trabalho** nº 12.122.0001.2144, **Natureza da Despesa** nº 339039-00, **Fonte** 100, constante do Orçamento desta Fundação, referente ao presente exercício.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ratífico, com fulcro no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, a autorização para contratação de serviço para execução de obra de recuperação de um trecho do muro de contenção delimitatório de parte do estacionamento do Hospital Municipal Carlos Tortelly, a contratação será com a empresa **APLITEC MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA**, no valor de **R\$ 457.724,51** (Quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos), por dispensa de licitação, em decorrência da emergência que o caso requer, baseada no art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93. **(Referente ao processo n. 200/637/2013).**

NITERÓI PREV.
Atos da Presidência:
PORTARIA NGP nº. 086 /2013. Na pensão concedida a **WAGNER LUIZ FERNANDES**, filho inválido do ex-servidor Sr. JULIO FERNANDES, falecido em 10.09.1979 no cargo de Trabalhador – Nível: 01 - SMA, matrícula nº 210.597, a partir de 10.09.1979, conforme processo nº 310/0305/80, **INCLUIR** a partir de 01.04.2013 a **Sra. MARIA FERNANDES**, na condição de filha inválida do ex-servidor nos termos do Art. 2º, inciso I e Art. 15 da Lei 10.887/04 c/c § 7º do Art. 40 da CRFB/88, conforme processo n.º 310/1278/12.
PORTARIA NGP nº. 087 /2013. Conceder pensão a **Sra. SYLVIA PINTO RODRIGUES**, esposa do ex-servidor Sr. LUIZ RODRIGUES, falecido em 19.01.2013 no cargo de Coadjuutor Legislativo – Nível 02 – Categoria III - CMN, matrícula nº 101.212-9, nos termos do Art. 2º, inciso I e Art. 15 da Lei 10.887/04 c/c § 7º do Art. 40 da CRFB/88, a partir de 19.01.2013, conforme processo n.º 310-01367/13.
PORTARIA NGP nº. 088 /2013. Conceder pensão a **Sra. WANDA COSTA PEREIRA**, esposa do ex-servidor Sr. EDSON JOSÉ PEREIRA, falecido em 01.01.2013 no cargo de Pedreiro – Nível 10-A - NITER, matrícula nº 400.873, nos termos do Art. 2º, inciso I e Art. 15 da Lei 10.887/04 c/c § 7º do Art. 40 da CRFB/88, a partir de 01.01.2013, conforme processo n.º 310-0058/13.
PORTARIA NGP nº. 089 /2013. Conceder pensão ao **Sr. GILSON NARCISO LEGENTIL**, esposo da ex-servidora Sra. JANICE DA SILVA LEGENTIL, falecida em 21.11.2012 no cargo de Auxiliar de Biblioteca – QSL-8 - CMN, matrícula nº 101.149-3, nos termos do Art. 2º, inciso I e Art. 15 da Lei 10.887/04 c/c § 7º do Art. 40 da CRFB/88, a partir de 18.01.2013, conforme processo n.º 310-0090/13.
PORTARIA NGP nº. 090 /2013. Conceder pensão a **Sra. ANTONIA MARIA DE SOUZA**, esposa do ex-servidor Sr. ARLEM ROCHA DE SOUZA, falecido em 02.02.2013 no cargo de Motorista – Nível 05 - SMA, matrícula nº 213.160-0, nos termos do Art. 2º, inciso I e Art. 15 da Lei 10.887/04 c/c § 7º do art. 40 da CRFB/88, a partir de 02.02.2013, conforme processo n.º 310-0185/13.
PORTARIA NGP nº. 091 /2013. Conceder pensão a **Sra. GILCÉIA DA SILVA CASTRO**, esposa do ex-servidor Sr. ALÉDIO RIBEIRO DE CASTRO, falecido em 20.02.2013 no cargo de Oficial Administrativo – Nível 04 - SMA, matrícula nº 212.543-0, nos termos do Art. 2º, inciso I e Art. 15 da Lei 10.887/04 c/c § 7º do Art. 40 da CRFB/88, a partir de 20.02.2013, conforme processo n.º 310-0218/13.
PORTARIA NGP nº. 092 /2013. Conceder pensão a **Sra. LUZIA DA CUNHA DIAS MOREIRA** e **Sr. THIAGO AUGUSTO DIAS MOREIRA**, esposa e filho menor do ex-servidor Sr. VALDIR ANTUNES MOREIRA, falecido em 03.03.2013 no cargo de Agente Administrativo – Nível 03 – Categoria VI - SMA, matrícula nº 210.615-0, nos termos do Art. 2º, inciso I e Art. 15 da Lei 10.887/04 c/c § 7º do Art. 40 da CRFB/88, a partir de 03.03.2013, conforme processo n.º 310-0241/13.

INSTRUMENTO: Termo de Rescisão nº 076/2013. **DATA DA ASSINATURA:** Onde se lê: 05 de fevereiro de 2013. Leia-se: 28 de fevereiro de 2013.

EXTRATO Nº S/Nº/2013.

INSTRUMENTO: Protocolo de Intenções. **PARTES:** Município de Niterói, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro-SEBRAE/RJ e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE-NA. **OBJETO:** Cooperação para o desenvolvimento de programa de empreendedorismo em Niterói. **PRAZO:** Até 12 de março de 2015. **FUNDAMENTO:** Autorização no processo nº 600/12/2013. **DATA DE ASSINATURA:** 12 de março de 2013.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
DE NITERÓI – CLIN
DESPACHO DA PRESIDENTE

Termo Aditivo nº 02/13 ao Contrato nº16/11, celebrado entre a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e a empresa ECONIT ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. Objeto: paralisação de itens de serviços do contrato nº 16/11,indicados no processo 520/000273/2013, a partir de 01 de março de 2013, em consonância com o disposto no Decreto Municipal 11.302/2013 e na forma autorizada pela Lei das Licitações. Proc. Adm. 520/0273/13.

Homologo o resultado do julgamento da licitação realizada pelo Convite nº02/13, adjudicando os seus objetos à empresa TÓRTORA COM. DE MAT. DE CONST. LTDA.EPP, referente ao item de nº 01 com o valor unitário R\$ 22,80, o item nº 02 com o valor unitário de R\$ 96,00, o item nº 03 com o valor unitário de R\$ 151,00,, o item nº 04 com o valor unitário de R\$ 1,80, o item nº 05 com o valor unitário de R\$ 121,00,o item nº08 com o valor unitário de R\$ 19,00 e a empresa FERRAGENS ROMA COM. E SERV. LTDA , o item nº 06, com o valor unitário de R\$ 0,97,o item nº 07 com o valor unitário de R\$ 0,75, referente aquisição de materiais de construção para sede e distritos da Cia , com fulcro na alínea “a” do inciso II do artigo 23 Lei Federal nº 8.666/93. Proc. Adm. 520/0330/13.

Termo Aditivo nº 18/13 ao Contrato nº13/98, celebrado entre a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e a empresa WALDENIR CUNHA DE MENDONÇA, Objeto: Prorrogação de prazo por 12 meses, referente a locação do imóvel do 10DLU com valor global de R\$ 4.825,80, com base no que preceitua os incisos II, do artigo 65, da Lei Federal 8666/93. Proc. Adm. 520/0279/13.